



ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DO PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 02 de outubro de 2025

Horário: Início às 09h00

Local: Ed. PO 700 – 6º andar, Sala 609 – Híbrida

Participantes:

- Sérgio Rossi Ribeiro – (Gestor PES-RD)
- Renata Regina de Oliveira França – Ministério da Saúde (PES-RD / DGIP)
- Thabata Gonçalves – (PES-RD)
- Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy – Governo de Minas Gerais / SEPLAG
- André Bonifácio – DGIP/MS
- Andréa – Representante de São Mateus/ES
- Antônio Leonel da Silva Cunha – SEIDIGI/MS
- Bárbara Caroline Rodrigues de Araújo – (PES-RD)
- Elenilson Souza – Conselho Nacional de Saúde (CNS)
- Fellipe Antônio Andrade Chaves – SES/MG (Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador)
- Fernando Gustavo – Secretário de Saúde de Fundão/ES (COSEMS/ES)
- Jaqueline Francischetti – (PES-RD)
- Kleber Rangel Silva – (PES-RD)
- Luísa Filizzola Costa Lima – SES/MG (Subsecretaria de Vigilância em Saúde)
- Marcos Vinícius da Silva Cordeiro – (PES-RD / ES)
- Marcélio Costa – Prefeito de Bugre/MG (representante dos municípios no CT-Saúde)
- Marilene R. Gonçalves – Secretária de Saúde de Mariana/MG (representante dos municípios)
- Michelle Costa Laguardia – SES/MG (Subsecretaria de Vigilância em Saúde)
- Alessandro Nasser – Diretor da AECOM (Auditoria Socioambiental)
- Paula Junqueira Mota – (PES-RD)
- Poliana Cardoso Lopes – SES/MG
- Roberto Laperriere Junior – SESA/ES
- Rosi Póvoa – Secretária de Saúde de Sooretama/ES
- Júlia Salvan – AECOM (toxicologista, equipe de auditoria)
- Sophia Pires Bastos – SES/MG (Subsecretaria de Vigilância em Saúde)
- Débora Tavares Viana – AECOM (coordenação da auditoria PMQAH)
- Tiago Brito Magalhães – (PES-RD)



1. Abertura

Sérgio Rossi Ribeiro (MS) abriu a reunião, propondo a inclusão, na pauta, da apresentação da AECOM, empresa responsável pela auditoria socioambiental das obrigações de fazer da Samarco relativas ao Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQAH).

Informou que, conforme o Anexo 19 do TTAC/Repactuação, o monitoramento permanecerá sob responsabilidade da empresa até maio de 2026, quando será assumido pelo poder público. Não havendo objeções, a inclusão foi aprovada.

2. Apresentação da Auditoria – AECOM

O Sr. Alessandro Nasser apresentou a equipe e passou a palavra à Sra. Débora Tavares Viana, que conduziu a exposição.

Principais pontos:

- Escopo: validação e acompanhamento do PMQAH (108 pontos de amostragem, sendo 45 com sistema de tratamento e 63 sem).
- Metodologia:
 - avaliação de dados laboratoriais e de campo (QA/QC);
 - conferência de fichas, laudos analíticos e banco de dados;
 - análise de consistência e identificação de outliers;
 - verificação de controles de qualidade (brancos, duplicatas).
- Relatórios: emissão mensal com resultados e dashboards.
- Acompanhamento em campo: visitas trimestrais amostrais, com registros fotográficos e checklists, garantindo 90% de confiança estatística.
- Situação atual:
 - 1º ciclo realizado em setembro (9 pontos: Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado);
 - dados recebidos da Samarco: plano de amostragem, certificados laboratoriais, cronograma até dez/2025, cadeia de custódia e resultados até jul/2025;
 - acordo prevê disponibilização de dados em até 30 dias após cada ciclo.
- Próximos passos:
 - relatório do 1º ciclo em outubro/2025;
 - 2º ciclo em andamento (Aracruz/ES, Ipatinga/MG, Alpercata/MG e Periquito/MG);
 - apresentação de resultados à governança em 09/10/2025.

Debate:

- Fellipe Antônio Andrade Chaves (SES/MG) questionou a periodicidade do acompanhamento em campo e destacou a importância de articulação com estados e municípios.
- Alessandro Nasser (AECOM) respondeu:
 - dados laboratoriais são analisados e reportados mensalmente;
 - atividades de campo são consolidadas trimestralmente;



- comunicação direta da auditoria ocorre apenas com a governança, conforme contrato.

Encaminhamentos:

- A AECOM seguirá com ciclos de auditoria, emitindo relatórios mensais e consolidações trimestrais.
- A SES/MG reforçou a necessidade de canais de integração com a auditoria, mediados pela governança.

3. Apreciação do Plano de Ação – Município de Colatina/ES

Foi apresentado e contextualizado o Plano de Ação de Colatina/ES, último dos 49 municípios a ter seu Plano de Ação em Saúde aprovado. O Sr. Roberto Laperriere Junior (SESA/ES) contextualizou o histórico:

- **24/06/2025:** município enviou versão em PDF sem atender aos critérios (eixos, percentuais e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde).
- **01/08/2025:** revisão do plano, estruturando ações por eixo, conforme modelo do PES-RD.
- **Versão final:** elaborada com assessoria técnica local e participação dos atingidos, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e ajustada às diretrizes (mínimo de 80% nos eixos 1 e 2).

A **Nota Técnica nº 57**, elaborada pela SESA/ES em conjunto com o MS, avaliou diagnóstico, rede e distribuição das ações, destacando vedações (aquisição de terrenos, contratação de pessoal).

Deliberação:

- Aprovada pela Câmara Técnica a Nota Técnica nº 57, recomendando ao CET a aprovação do plano de Colatina.
- Sérgio Rossi Ribeiro informou que, caso aprovado, o repasse está previsto para a primeira quinzena de novembro/2025, condicionado à suplementação orçamentária federal.

4. Monitoramento da Execução dos Planos de Ação

O representante do Ministério da Saúde apresentou a necessidade de estruturar metodologia de acompanhamento dos planos, conforme estabelecido no Anexo 8 do Acordo Judicial.

Manifestações:

- Roberto Laperriere Junior (SESA/ES): apoiou a proposta, com indicação de representantes.
- André: destacou compatibilização com Planos Municipais de Saúde e relatórios trimestrais (RQDQA).
- Bil Souza (CNS): defendeu maior protagonismo dos Conselhos de Saúde e articulação com o CNS.
- Luísa Filizzola Costa Lima (SES/MG): questionou abrangência para União e Estados; esclarecido que a proposta inicial é apenas para municípios.



- **Marcélio Costa:** alertou contra novas burocracias, defendendo o uso de instrumentos já existentes (RAG, planos municipais, conferências).
- **Sérgio Rossi Ribeiro:** reiterou que não se trata de criar novas obrigações, mas de cumprir o acordo, citando o exemplo das obras de UBS não monitoráveis via SISMOB.

Encaminhamentos:

- Criação de Grupo de Trabalho de Monitoramento, com representantes do MS, SES/MG, SESA/ES, COSEMS, Conselhos de Saúde e CET.
- Compatibilização do monitoramento com instrumentos de gestão do SUS.
- Articulação com o Conselho Nacional de Saúde para acompanhamento em plenária.